

# Interdisciplinaridade, interseccionalidade, intersetorialidade: pensando relações de gênero, raça e diversidade sexual

Henrique Caetano Nardi, Raquel da Silva Silveira: Instituto de Psicologia – UFRGS

O Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CRDH) se constituiu como um programa de extensão universitária desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX). Ambos estão vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e ao Instituto de Psicologia da UFRGS. Por meio de suas atividades, tem assumido um compromisso ético e político, ao privilegiar a articulação da extensão com pesquisas e intervenções interessadas nas formas como as relações de gênero, de raça e de sexualidade se acoplam a distintos modos de ser. Tendo como princípios o direito à liberdade de expressão e o respeito à diversidade das formas de constituição do ser humano, o CRDH/NUPSEX tem como objetivo acolher e orientar pessoas expostas ao preconceito e à discriminação, além de promover a discussão e formação no âmbito dos Direitos Humanos, especialmente no campo das políticas públicas.

Desde 2011, o CRDH/NUPSEX vem atuando no enfrentamento a situações de violação de direitos humanos, principalmente em relação a mulheres que sofreram violência de gênero em suas relações de intimidade e/ou domésticas e pessoas LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transsexuais/transgêneras). Ainda, em virtude da estrutura racista da sociedade brasileira, temos articulado a perspectiva da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) para produzirmos saberes e práticas atentas

aos efeitos que o racismo produz na vida das pessoas. Nesse sentido, cabe dizer que um dos principais desafios para a implementação de um serviço de acolhimento e atenção a populações que sofrem violências, discriminações, preconceitos, dentre outras formas de violação de direitos, é estruturar um projeto articulado e integrado aos demais serviços e setores das políticas públicas, resultando em ações efetivas voltadas para o desenvolvimento de potencialidades e proteção dos/as usuários/as.

As experiências de violência vivenciadas em virtude dos marcadores sociais de gênero, de raça e de sexualidade produzem agravos à saúde que têm sido enfrentados com políticas públicas específicas. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais são normativas públicas no sentido de promover o princípio da equidade nas ações da saúde no Brasil.

Para a concretização de nossos objetivos, vale-mo-nos das noções de interdisciplinaridade e de intersetorialidade, que buscam a integração e a congregação de esforços em torno de objetivos comuns. Essas são práticas que buscam promover estratégias de encontro entre os atores e as atrizes de diferentes setores por meio da comunicação, interação e compartilhamento de saberes na busca de solução conjunta de problemas complexos. ◀



# Os desafios da interdisciplinaridade nas práticas da extensão

A compreensão da articulação entre relações de gênero, raça e diversidade sexual demanda um movimento teórico e uma ação interdisciplinar. Em trabalho anterior, um dos autores deste artigo já vinha investigando as contribuições de Michel Foucault para o aprofundamento da temática da interdisciplinaridade. Desta forma, retomamos a argumentação de Henrique Nardi e Tatiana Raminger (2012) de que, segundo Foucault (1994), deve-se buscar o desdisciplinamento dos objetos, dos problemas, dos sistemas, das estruturas, das práticas e dos discursos que foram forjados e construídos com base em um modelo disciplinar, na construção do projeto de ciência da modernidade na sua articulação com o campo institucional. Isso significa que o desafio fundamental não consiste somente em aproximar as disciplinas e seus saberes, uma vez que esses saberes foram construídos a partir de uma estrutura disciplinar, mas em se evidenciar as lógicas de produção dos discursos e, utilizando a perspectiva da genealogia, compreender o modo

como estes conformaram os objetos que estudam e sobre os quais intervêm.

Considerando esse ponto de partida, a política nacional da extensão universitária traz nos seus enunciados/princípios, a interdisciplinaridade como um elemento de diferenciação essencial. A compreensão do objeto/sistema complexo das relações entre teoria e prática, que são constantemente exercitados nas práticas extensionistas, potencializam a discussão sobre o ideal de desdisciplinamento dos saberes acadêmicos. Esse diferencial se torna evidente na possibilidade de uma interface entre os saberes das comunidades com os saberes técnico-científicos nas ações e na produção do conhecimento em direitos humanos, diversidade sexual, raça e relações de gênero. O dispositivo central de desdisciplinamento consiste na quebra da hegemonia do discurso científico/técnico a partir da desconstrução das relações saber-poder que sustentam a base institucional/legal que abriga os saberes e as práticas

dominantes do campo das relações entre gênero/raça/sexualidade.

O envolvimento direto de ações de extensão que dialoguem com os movimentos sociais pode possibilitar uma inversão das relações de poder e a busca do desdisciplinamento, o qual pode ser pensado conjuntamente ao exercício interdisciplinar no enfrentamento/confluência dos três eixos do saber que compõem o campo de nossa atuação. Nas nossas práticas, por exemplo, estão em constante tensão com os saberes das ciências da saúde, das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas. O campo da saúde é representado principalmente pela Medicina, pela Enfermagem e pela Psicologia. Por sua vez, o campo das ciências humanas é composto pelas abordagens da Antropologia/Sociologia e das ciências sociais aplicadas pelo Direito e Serviço Social.

Todos esses campos são conflituosos e possuem divisões internas que reforçam a segmentarização dos saberes. A confluência dos campos possibilitaria a quebra da hegemonia de um determinado saber sobre o outro e o debate entre as diferentes formas de se compreender o mundo e as relações entre saúde e direitos humanos. Entretanto, postulamos que a subversão das formas dominantes de explicar as relações entre os processos de saúde-adoecimento, os marcadores sociais (gênero/raça/sexualidade) e a violação de direitos decorre não somente do conflito entre os saberes, mas, fundamentalmente, das disputas políticas que lhes são simultâneas.

A visibilidade ou a invisibilidade das formas de adoecimento/sofrimento decorrentes da discriminação e do preconceito, os critérios impostos pela legislação e pela ciência no estabelecimento das relações causais entre violação de direitos humanos e os modos de vida, bem como a valorização de algumas formas em detrimento de outras, dependem das relações de poder que configuram os usos dos saberes disciplinares e da lógica epistemológica que lhes dá sentido, coesão e coerência, sustentando-os no campo institucional/legal.

As confluências e disputas dos diferentes campos de saber, sobretudo a partir da introdução das ciências humanas, desestabilizaram a parceria entre a lei e a medicina que sustentou uma forma de dominação particular no campo das relações de gênero, de raça e de sexualidade. Entretanto, a base epistemológica que consolidou a divisão das disciplinas no final do século XIX tem uma origem positivista comum. As ciências humanas talvez tenham sido aquelas que possibilitaram estabelecer a crítica mais contundente sobre o resultado da divisão disciplinar do conhecimento. Contudo, mantemos nossa posição de que a crítica interna ao conhecimento (entre os/as técnicos/as dos diversos campos do saber) não é suficiente para produzir o desdisciplinamento dos objetos e das práticas, pois a ação política é essencial para a transformação das relações de dominação instituídas pelos discursos heterossexistas, cissexistas e racistas.

A introdução do saber dos movimentos sociais de mulheres, da população negra e da população LGBTQTTT permite a construção de matriz de confronto com o discurso científico, obrigando, por outra via, a uma desconstrução de conceitos e de ideias preconcebidos e naturalizados pelas formas dominantes de se fazer ciência. Tal postura não implica uma visão romântica do saber dos movimentos sociais, mas o resgate do princípio de não delegação e a afirmação da indissociabilidade entre o campo da política e o da ciência. O conceito de biopoder, explorado por Foucault (1997), ao demonstrar a forma como a ciência (através das ações do Estado) é utilizada como forma de controle da vida dos indivíduos e das populações (dentro de uma perspectiva normalizadora), é essencial para compreendermos a indissociabilidade entre ciência e política, entre saber e poder.

O processo saúde-adoecimento não pode ser analisado fora do contexto no qual acontece, assim como não pode ser considerado excluindo a pessoa que sofre. Os processos de subjetivação estão intrinsecamente associados às situações de

violação de direitos, uma vez que os marcadores sociais de gênero-raça-sexualidade produzem significação do eu no coletivo e afetam as relações de poder.

A forma como os indivíduos vivem e sofrem está intimamente associada ao valor moral atribuído às relações de gênero-raça-sexualidade. O adoecer provocado pelas situações de vitimização, assim como a capacidade de superar os limites impostos pela discriminação, são dependentes da relação construída socialmente entre os sujeitos e seus marcadores sociais, ou seja, são atravessados pelos modos de subjetivação.

Quando nos referimos aos modos de subjetivação, não estamos pensando somente na produção da subjetividade das pessoas que acessam o CRDH/NUPSEX, mas também na produção da subjetividade dos/as médicos/as, enfermeiros/as, psicólogos/as, educadores/as, advogados/as, juizes/as e assistentes sociais que tratam da questão e que fazem funcionar os diversos setores do serviço público, e da sociedade em geral, e que, dessa maneira, influenciam as formas de atribuição de sentido às vivências daquelas pessoas.

## Reflexões finais

Ao analisarmos o processo de implantação das políticas públicas de saúde para mulheres, populações negras e LGBTTTT no Brasil, fica evidente que o país ainda não conseguiu romper

uma forma hegemônica de compreensão da saúde centrada no corpo (e sua suposta universalidade biológica) e nas modalidades impostas pela regulação legal do adoecimento (baseada na relação causa-efeito direta a partir de critérios objetivos de identificação do agente causador), a qual desconsidera o sofrimento como um objeto complexo inserido nas relações de saber-poder.

Assim, apostamos que as trocas experimentadas nos projetos de extensão são fundamentais para o reconhecimento e a apropriação de que a interdisciplinaridade é um desafio epistemológico que precisamos enfrentar. A participação do CRDH/NUPSEX no Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde - CIPAS tem demonstrado a importância de que espaços institucionais direcionados à saúde acolham em suas práticas o diálogo com o campo dos Direitos Humanos e dos movimentos sociais. A partir daí, potencializa-se a compreensão de que diversos adoecimentos são produzidos por relações de saber-poder injustas e hierárquicas. Assim, produz-se o reconhecimento de que para enfrentarmos determinados problemas de saúde é necessário o trabalho coletivo de muitos saberes. Nos casos de violência contra as mulheres, contra a população LGBTTTT e contra a população negra, é fundamental o reconhecimento de que os adoecimentos decorrentes desses tipos de violação de direitos são produzidos nas relações sociais. Portanto, são problemas sociais que demandam respostas específicas para a solução dos casos apresentados, mas sem perder de vista a dimensão pública dos mesmos. ◀

## Referências

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. (Tradução de L. Schneid) Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 10, nº 1, jan., 2002.
- FOUCAULT, Michel. La poussière et le nuage. In Ditséécrits. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- NARDI, Henrique C.; RAMMINGER, Tatiana. Políticas públicas em saúde mental e trabalho: desafios políticos e epistemológicos. Psicologia, ciência, profissão, Brasília, v. 32, n. 2, 2012.